

Ensino Médio: diagnósticos, desafios e propostas

Este número da Revista *Dialogia* (edição n.23, junho/2016) tem como tema de seu Dossiê, “Ensino Médio: diagnósticos, desafios e propostas”. Este também é o tema acerca do qual versa a entrevista da edição.

O ensino médio é uma importante etapa da educação básica que ainda carece de definições claras quanto à sua identidade e finalidades, pressionado entre o ensino fundamental e a possibilidade de ingresso no ensino superior; entre a educação geral para a vida e a preparação para o mercado de trabalho, em perspectiva de profissionalização.

No Plano Nacional de Educação em vigor, corresponde à meta 3, em busca da universalização de oferta e ampliação da permanência e da conclusão. As estratégias previstas envolvem uma programação nacional de renovação do ensino médio; a questão do currículo, tanto no que diz respeito à base comum, quanto à aplicação de metodologias mais adequadas a essa etapa de escolarização; o planejamento de um ensino médio alinhado com as questões urbanas, mas também um ensino médio que considere o campo; e, muito importante: a busca ativa de adolescentes de 15 a 17 anos que estão fora da escola. Vivemos a fase final do chamado “bônus demográfico” e, com ela, ainda enfrentamos o fenômeno da juventude nem nem nem (nem estuda, nem trabalha, nem procura trabalho). Jovens que tendem a engrossar as estatísticas dos atingidos pela violência e pelas drogas.

Considerou-se para a eleição deste tema a relevância que o ensino médio tem adquirido nas discussões científicas, nas políticas educacionais nacionais e nas orientações que agências e organismos internacionais têm elaborado e apresentado aos países, em tempos de globalização.

Esteve presente também nesta escolha o fato de que os dilemas que este nível de ensino tem enfrentado impactam fortemente escolas, professores e alunos, levando, muitas vezes, à percepção de que há pouca atenção governamental para os problemas enfrentados ou políticas e práticas inadequadas às necessidades nem sempre claramente diagnosticadas.

É sobre tais questões que os trabalhos que compõem o Dossiê deste número se debruçam. Consideram tanto os problemas que, histórica e socialmente, afetam o ensino médio no Brasil, quanto propostas que vem sendo construídas por redes

de ensino e reflexões elaboradas por pesquisadores que têm como objetivo dar respostas ao *pathos* que se lhes apresenta acerca desta temática.

Em entrevista à *Dialogia*, a Profa. Dra. Monica Ribeiro da Silva oferece suas reflexões sobre o ensino médio, sobretudo no âmbito das políticas educacionais e de gestão deste nível de ensino.

Abrido o Dossiê, encontra-se o texto de Carlos Antônio Giovinazzo Junior, *Crítica ao debate em torno das finalidades do ensino médio*, que tem como referência a teoria crítica da sociedade. O artigo apresenta considerações sobre a necessidade de estudos que tomem o ensino médio como prática social, bem como os conceitos que são a base da análise realizada, a fim de problematizar aspectos relacionados às peculiaridades do ensino médio (função da escola, formação para o trabalho, experiência dos estudantes na escola e formação política). Para o autor, o ensino médio pode se constituir como importante espaço para o debate acerca da vida social, o que possibilitaria que desenvolvesse uma dimensão formativa inegável, permitindo que os jovens refletissem sobre suas próprias aspirações e expectativas em confronto com as necessidades sociais.

Maria da Graça Moreira da Silva, Maria Lúcia Soares do Amaral Kanazaki e Fernando José de Almeida, em *Educação profissional técnica de nível médio, currículo e tecnologias: o que dizem as diretrizes curriculares nacionais?*, refletem e analisam as relações entre o currículo da educação profissional técnica de nível médio, as políticas públicas educacionais brasileiras e as tecnologias da informação e comunicação. Os autores abordam as tensões e contradições da formação integral do homem e as propostas para este nível de escolaridade e argumentam sobre as tecnologias como um direito humano, defendendo a necessidade de sua integração ao currículo para oportunizar a participação e o protagonismo do estudante, na cultura contemporânea. Tal direito, para os autores, se manifesta pelo uso consciente, crítico e competente das tecnologias da informação e da comunicação como cultura e como linguagem. A pesquisa que realizam parte da análise documental das diretrizes curriculares nacionais para identificar os pressupostos de uso e de apropriação das tecnologias que contribuam para alicerçar os conceitos e objetivos na elaboração dos projetos pedagógicos humanizantes, no âmbito do currículo do curso técnico integrado ao ensino médio.

Já Felipe Flores Kupske e Jaqueline Reni Loss, tratando do *Ensino médio aos olhos da surdez: uma análise de narrativas*, afirmam que para que se concretize, de fato, a inclusão nas escolas brasileiras, além de políticas educacionais, há a necessidade de revisão de metodologias adotadas e de apoio da comunidade escolar. Nesse sentido, o artigo faz uma análise de narrativas de quatro estudantes com surdez profunda e severa, da região Oeste de Santa Catarina, acerca de

suas experiências escolares. Em uma análise exploratória dos relatos, permitem observar que, aos olhos dos aprendizes surdos, há um desencontro entre o que é preconizado pelas propostas políticas e o que é vivenciado na prática escolar, durante o processo educacional.

No texto *A pedagogia da alternância e a licenciatura em educação do campo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ): o ensino médio e a formação de educadores do campo*, Aline Abbonázio e Ramofly Bicalho dos Santos apresentam o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PROJETO, 2014), em sua estreita articulação com a Pedagogia da Alternância, a partir das atividades realizadas pela Regional Sul Fluminense. O objetivo principal desta Licenciatura é formar educadores e educadoras para atuarem nas escolas do campo que atendam as séries finais do ensino fundamental e ensino médio, situadas em acampamentos e assentamentos da reforma agrária, nas comunidades rurais quilombolas, de pescadores artesanais e caçaras, nos movimentos sociais do campo e da cidade e nas áreas de produção agrícola familiar. A proposta desta Licenciatura assume o desafio de articular escolarização, melhorias nas condições de vida e fortalecimento político dos grupos sociais envolvidos.

Encerrando o Dossiê, Rosana Vasconcelos Vito e Aparecida do Carmo Lima, no artigo *Ensino médio e educação profissional em agroecologia no movimento social popular do campo no Paraná*, abordam as práticas educativas em Agroecologia no Movimento Sem Terra (MST), no estado do Paraná, como parte da construção da política de educação profissional tecnológica no campo. O estudo situa-se no campo das ações coletivas realizadas pelos trabalhadores na luta por políticas públicas de educação na reforma agrária e na educação do campo. Os autores avaliam se existe coerência teórica na materialização das práticas como processo de formação humana, na perspectiva da transformação social, e se essa mantém vínculo com a proposta de ensino médio integrado à educação profissional tecnológica, como é defendida pela classe trabalhadora da região. Nessa perspectiva, entendem a educação nas áreas de reforma agrária e a educação do campo, como parte do projeto da agricultura camponesa, que atualmente têm sido incorporada à Agroecologia no território camponês, que vem enfrentando contradições profundas neste momento de crise estrutural do capitalismo.

Abre a sessão Artigos o texto de José Rubens Lima Jardimino e Margareth Diniz, *Formação do(a) Professor(a) Pesquisador(a): Análise de uma experiência de educação continuada com professores(as) da Escola Pública*. O lócus da experiência a que se refere o título diz respeito a dois projetos dos grupos de pesquisa Formação e Profissão Docente (Foprofi e Caleidoscópio, respectiva-

mente): “Desenvolvimento Profissional Docente e Inovação Pedagógica: estudo exploratório sobre contribuições do Pibid”, projeto de pesquisa interinstitucional realizado por meio de parceria de três universidades públicas (Ceará, São Paulo e Minas Gerais), financiado pela Capes/Obeduc; e o projeto “Conversações com mulheres-professoras em Santa Rita de Ouro Preto (2009-2015)”, que integra o Programa Caleidoscópio. Assim, este artigo, embasado em duas metodologias de pesquisa no campo da educação – narrativas educacionais e conversação – retrata como professores(as) estão fazendo sua formação continuada no interior dos referidos projetos de pesquisa. Os resultados demonstram que os sujeitos/pesquisadores(as) envolvidos se situam numa concepção de professor(a)-pesquisador(a) para além do que genericamente tem sido denominando de professor(a) crítico-reflexivo e professor(a)-pesquisador(a).

O texto de Vilma Nonato de Brício, Flávia Cristina Silveira Lemos e Josenilda Maués, *Poder pastoral, disciplina e biopolítica: gênero e sexualidade em Aspectos da Vida Cidadã*, analisa a constituição de gênero e sexualidade a partir da articulação entre o poder pastoral, a disciplina e a biopolítica, como denota o título, acionadas pela relação entre religião, Estado e educação, por meio do componente curricular Aspectos da Vida Cidadã (AVC), que faz parte do desenho curricular da “Escola em Regime de Convênio de Ensino Fundamental e Médio São Francisco Xavier”. O “Colégio São Francisco Xavier” (CSFX), como é mais conhecido, é um estabelecimento de ensino do município de Abaetetuba (PA) que funciona em regime de convênio entre a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará (SEDUC) e a Diocese de Abaetetuba. A pesquisa se pautou em enunciados de documentos levantados e recortados de um conjunto heterogêneo de elementos curriculares atravessados por injunções de diferentes campos de saberes e relações de poder, os quais permitiram às autoras rastrear séries discursivas e diferentes formas de normalização dos sujeitos por meio do objeto gênero e sexualidade.

Em *Proerd: A construção do conhecimento e a tomada de decisão como uma estratégia didático-pedagógica*, Marisa Soares analisou uma experiência da prática educativa do referido programa, em uma escola pública do ensino fundamental, realizada no segundo semestre de 2013. A abordagem metodológica utilizada foi a observação participante. Os procedimentos técnico-metodológicos foram desenvolvidos a partir de análises do livro do estudante Proerd e de seu currículo, o “Elementary”, assim como os relatórios das experiências realizadas no cotidiano escolar. A autora observou que o projeto permite uma construção do conhecimento autônoma, que possibilita aos alunos o reconhecimento e a resistência às pressões diretas ou indiretas que os influenciam a experimentar drogas e até mesmo a agirem com violência.

Maria Neide Ramos e Maria dos Remédios de Brito, em *Inspiração deleuziana para pensar a educação em ciências*, mobilizam o pensamento conceitual de Gilles Deleuze para pensar outros modos criativos e inventivos para a educação em Ciências. Com esse intento, tomam algumas obras inspiradoras do autor, entre elas Diferença e repetição e Proust e os signos, pontuando como mapa textual fundamental a ideia de que a aprendizagem acontece por meio de um pensamento criador. Assim, pensam um movimento na educação em Ciências por linhas menos dogmáticas que podem fomentar ações afirmativas e inventivas na prática educativa dessa disciplina, abrindo espaços para formas de ensinar e aprender mais alegres.

Fecha a seção, o artigo de Adriana Célia Alves, *Períodos Avaliativos: um estado da arte pelo viés da linguística aplicada*, em que a autora traça uma perspectiva histórica da avaliação, levando em consideração os períodos avaliativos. Ela informa que no período pré-científico, a língua é entendida como sistema, tem-se a presença dos métodos gramática-tradução e do método direto; enquanto a avaliação é determinada pelos exercícios de tradução de textos e em explicações de regras gramaticais. No período psicométrico-estruturalista, a língua é entendida pelas suas formas estruturais; assim, a avaliação é vista como objetiva e neutra, feita por meio de testes padronizados para modificação dos hábitos dos alunos. No período psicolinguístico-sociolinguístico, a língua é compreendida como meio de comunicação; o que permite que se avaliem as quatro habilidades linguísticas, enfatizando-se a aprendizagem da língua por meio de situações reais de uso. Por fim, no período comunicativo-metacognitivo, a construção do conhecimento se desenvolve por meio das relações sociais, em um determinado contexto social, histórico e cultural, sendo a avaliação instrumento mediador e questionador do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, na seção Resenhas, estão os trabalhos de Régia Vidal dos Santos, a respeito do livro de Ana Mae Barbosa *Redesenhando o desenho: educadores, política e história* (2015), e de Melissa Salaro Bresci, sobre o livro de Paolo Nosella, *Ensino Médio: à luz do pensamento de Gramsci* (2016).

Boa leitura!

Patrícia Aparecida Biotto-Cavalcanti e Rosemary Roggero
Editoras